

Oficinas Práticas

Planejamento e Uso da Nova Lei de Licitações

Da fase de planejamento ao processo de fiscalização dos contratos.



Coordenação:
Prof. Carlos Barbosa



APRESENTAÇÃO

CONHEÇA NOSSOS SERVIÇOS E A NOSSA HISTÓRIA

SOMOS ESPECIALISTAS EM MUNICÍPIOS



EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Com mais de 15 anos de experiência, somos uma empresa focada na excelência dos serviços prestados e na plena satisfação dos nossos clientes. Atuamos com proficiência em diversas áreas do Direito Municipal e Gestão Pública local.

Temos como clientes órgãos e entidades públicas municipais, agentes políticos e administrativos, bem como empresas privadas que se relacionam com o Poder Público municipal, por meio de contratos administrativos e demais formas de negócios públicos.

Oferecemos aos nossos clientes soluções jurídicas e de gestão, tais como consultorias especializadas, assessoramentos técnicos, cursos, laboratórios práticos e oficinas.

As nossas atividades acontecem no formato presencial, híbrido ou 100% online, por meio de ferramentas virtuais de comunicação e vídeos tutoriais disponibilizados em plataforma própria.



OFICINAS PRÁCTICAS IN COMPANY

OFICINAS PRÁTICAS DE PLANEJAMENTO DAS LICITAÇÕES

Treinamento prático de elaboração das peças da fase de planejamento das licitações na Lei 14.133/21.

Metodologia das Oficinas

Atividade prática:

Os participantes irão elaborar, em grupo ou individualmente, juntamente com o professor, os documentos referentes a cada oficina, executando na prática a construção de peças fundamentais, com feedback especializado e fundamentado na legislação vigente na jurisprudência dos tribunais de contas.

Diagnóstico:

Ao final, o professor irá apresentar os pontos de melhora que deverão ser trabalhados pelos servidores e gestores, garantindo segurança e praticidade nas atividades dos setores treinados.

- Oficina Prática de Planejamento e Implantação da Nova Lei de Licitações
- Oficina de Elaboração de Fluxos na Lei 14.133/21
- Oficina Prática de elaboração de Estudo Técnico Preliminar – ETP
- Oficina Prática de elaboração de Termo de Referência para compras e serviços em geral
- Oficina de Pesquisa de Preços na Lei 14.133/21
- Oficina Prática de Gestão e Fiscalização dos Contratos de compras e serviços em geral
- Oficina Prática de elaboração do Plano de Contratações Anual – PCA
- Oficina Prática de elaboração de Análise de Riscos
- Oficina Prática de Planejamento, Fiscalização e Gestão de Obras Públicas e serviços de engenharia na Lei 14.133/21
- Oficina Prática de elaboração de Parecer Jurídico

OFICINA PRÁTICA DE IMPLANTAÇÃO DE FLUXOS DA FASE DE PLANEJAMENTO

Treinamento prático de elaboração dos fluxos da fase de planejamento das licitações à luz da nova lei de licitações.

- Análise do decreto/portaria que regulamenta a Lei 14.133/21 no órgão quanto aos procedimentos da fase de planejamento.
- Apresentação de modelos de fluxos da fase preparatória das principais modalidades de licitação e contratação direta.
- Elaboração de minutas dos documentos da fase de planejamento das licitações de acordo com a nova lei de licitações – Lei 14.133/21.
- Treinamento do pessoal para a preparação das licitações e contratação direta de acordo com os fluxos validados pelo órgão.
- Entrega de modelagens dos processos de planejamento das principais modalidades de licitação e contratação direta realizadas pelo órgão.

Metodologia

Atividade prática com orientação especializada:

Os participantes serão orientados sobre os fluxos da fase de planejamento das licitações e contratação direta, com informações relevantes sobre o passo-a-passo na elaboração dos documentos oficiais, nos termos da Lei 14.133/21 e regulamentação interna.

Informações técnicas sobre o curso:

- Certificado para os participantes.
- Material de apoio incluso.

Público alvo:

Servidores municipais dos setores requisitantes, secretários, diretores e integrantes do setor de planejamento das licitações.

OFICINA PRÁTICA DE ELABORAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS NA LEI 14.133/21

Treinamento prático de elaboração da pesquisa de preços à luz da nova lei de licitações.

- Preço transacional, preço de mercado e preço de referência
- Elementos que impactam a definição do preço
- Função da pesquisa de preços e a cesta de preços
- Como elaborar a pesquisa de preços na Lei nº 14.133/2021
- Preço estimado x preço máximo
- Novas perspectivas sobre pesquisa de preços
- Elaboração da pesquisa de preços para bens e serviços em geral
- Elaboração da pesquisa de preços para obras e serviços de engenharia
- Elaboração da pesquisa de preços para contratações diretas
- Elaboração da pesquisa de preços para Contratação integrada e semi-integrada.
- Aplicação da Instrução Normativa 65/2021.
- Justificativa para o uso do orçamento sigiloso: fundamentos, vantagens e desvantagens.
- Procedimento e divulgação.

Metodologia

Atividade prática com orientação especializada:

Os participantes serão orientados sobre a pesquisa de preços nas licitações e contratação direta, com informações relevantes sobre o passo-a-passo na elaboração dos documentos oficiais, nos termos na Lei 14.133/21 e regulamentação interna.

Informações técnicas sobre o curso:

- Certificado para os participantes.
- Material de apoio incluso.

Público alvo:

Servidores municipais dos setores requisitantes, secretários, diretores e integrantes do setor de planejamento das licitações.

OFICINA PRÁTICA DE ELABORAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Treinamento prático de elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP à luz da nova lei de licitações.

- Apresentação da técnica correta de elaboração do estudo técnico preliminar – ETP, nos termos da Lei 14.133/21 e jurisprudência dos tribunais de contas.
- Identificação e formalização documental da necessidade de contratação
- Estruturação documental dos elementos de verificação da viabilidade econômica
- Estruturação documental dos elementos de verificação da viabilidade técnica
- Técnicas de redação de documentos da fase de planejamento da licitação.

Informações técnicas sobre o curso:

- Certificado para os participantes
- Material de apoio incluso

Metodologia

Atividade prática com orientação especializada:

Os participantes irão elaborar, em grupo ou individualmente, sob orientação do professor, o estudo técnico preliminar – ETP, executando na prática a construção do documento, com feedback especializado e alinhado com a Lei 14.133/21 e jurisprudência dos tribunais de contas.

Público alvo:

Servidores municipais dos setores requisitantes, secretários, diretores e integrantes do setor de planejamento das licitações.

OFICINA PRÁTICA DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

Treinamento prático de elaboração dos documentos e implantação do processo de Gestão e Fiscalização dos Contratos à luz da nova lei de licitações.

- Desenvolvimento de fluxo do processo de fiscalização e gerenciamento contratual
- Elaboração de documento de recebimento provisório e documento de recebimento definitivo
- Estruturação da matriz de riscos da etapa de gerenciamento contratual
- Elaboração de relatórios de fiscalização técnica e administrativa
- Desenvolvimento de atos deliberativos do gestor contratual.

Informações técnicas sobre o curso:

- Certificado para os participantes
- Material de apoio incluso

Metodologia

Atividade prática com orientação especializada:

Os participantes irão elaborar, em grupo ou individualmente, sob orientação do professor, os documentos do processo de fiscalização e gestão contratual, executando na prática a construção de documentos oficiais, com feedback especializado e alinhado com a Lei 14.133/21 e jurisprudência dos tribunais de contas.

Público alvo:

Servidores municipais dos setores requisitantes, secretários, diretores e integrantes do setor de gestão e fiscalização dos contratos.

OFICINA PRÁTICA DE PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO DA LEI 14.133/21

Treinamento prático de elaboração dos documentos e implantação do processo de Planejamento e Implantação da nova lei de licitações.

- Desenvolvimento de um plano de trabalho para a implantação e regulamentação da Lei 14.133/21 no órgão
- Elaboração das minutas prioritárias e principais regulamentos previstos na nova lei de licitação
- Desenvolvimento de fluxo de trabalho nos termos da nova legislação
- Elaboração de regulamento de atuação dos agentes de licitação
- Desenvolvimento dos principais documentos da fase de planejamento da licitação.

Informações técnicas sobre o curso:

- Certificado para os participantes
- Material de apoio incluso

Metodologia

Atividade prática com orientação especializada:

Os participantes irão elaborar, em grupo ou individualmente, sob orientação do professor, os documentos do processo de planejamento e implantação da nova lei de licitações, executando na prática a construção de documentos oficiais, com feedback especializado e alinhado com a Lei 14.133/21 e jurisprudência dos tribunais de contas.

Público alvo:

Servidores municipais dos setores requisitantes, secretários, diretores, controladores internos e integrantes do departamento jurídico.

OFICINA PRÁTICA DE ELABORAÇÃO DE MATRIZ DE RISCOS

Treinamento prático de elaboração matriz de riscos em contratos de compras e contratações de serviços em geral na Lei 14.133/21.

- Técnicas de mapeamento de riscos contratuais
- Identificação do responsável pela avaliação dos riscos observados
- Adoção de medidas preventivas no mapeamento dos riscos
- Plano de medidas repressivas na verificação dos riscos ocorridos
- Relação prática entre mapeamento dos riscos, gestão e fiscalização dos contratos administrativos;
- Verificação da matriz de riscos nas minutas contratuais.

Informações técnicas sobre o curso:

- Certificado para os participantes
- Material de apoio incluso

Metodologia

Atividade prática com orientação especializada:

Os participantes irão elaborar, em grupo ou individualmente, sob orientação do professor, a matriz de riscos em diversos tipos de contratações, executando na prática a construção de documentos oficiais, com feedback especializado e alinhado com a Lei 14.133/21 e jurisprudência dos tribunais de contas.

Público alvo:

Servidores municipais dos setores requisitantes, secretários, diretores, controladores internos e integrantes do departamento jurídico.

OFICINA PRÁTICA DE ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA NA LEI 14.133/21

Treinamento prático de elaboração do Termo de Referência de Serviços e Compras em geral na nova lei de licitações.

- Desenvolvimento de modelo de termo de referência padronizado para o órgão municipal
- Técnicas de elaboração correta da descrição do objeto e justificativa da contratação
- Elaboração de pesquisa de preços nos termos da nova legislação
- Elaboração prática do documento de Termo de Referência para compras públicas
- Elaboração prática do documento de Termo de Referência para contratação de serviços.

Informações técnicas sobre o curso:

- Certificado para os participantes
- Material de apoio incluso

Metodologia

Atividade prática com orientação especializada:

Os participantes irão elaborar, em grupo ou individualmente, sob orientação do professor, o termo de referência para compras e contratações de serviços em geral da nova lei de licitações, executando na prática a construção de documentos oficiais, com feedback especializado e alinhado com a Lei 14.133/21 e jurisprudência dos tribunais de contas.

Público alvo:

Servidores municipais dos setores requisitantes, departamentos e setor de planejamento das licitações e contratos.

OFICINA PRÁTICA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Treinamento prático de elaboração do Plano de Contratações Anual na nova lei de licitações.

- Desenvolvimento do regulamento e minuta do plano de contratações anual do órgão municipal
- Definição prática do calendário de elaboração do PCA
- Técnicas de busca de informações pelo setor requisitante para a composição do PCA
- Elaboração da pesquisa setorial pelos setores requisitantes
- Elaboração do processo de consolidação dos dados pelo setor de compras públicas
- Orientação sobre a elaboração prática do documento final do PCA.

Informações técnicas sobre o curso:

- Certificado para os participantes
- Material de apoio incluso

Metodologia

Atividade prática com orientação especializada:

Os participantes irão elaborar, em grupo ou individualmente, sob orientação do professor, o plano de contratações anual na nova lei de licitações, executando na prática a construção de documentos oficiais, com feedback especializado e alinhado com a Lei 14.133/21 e jurisprudência dos tribunais de contas.

Público alvo:

Servidores municipais dos setores requisitantes, secretários, diretores, controladores internos e integrantes do departamento jurídico e servidores do setor de planejamento das contratações.

OFICINA PRÁTICA DE ELABORAÇÃO DE PARECER JURÍDICO NA LEI 14.133/21

Treinamento prático de elaboração de Parecer Jurídico e modos de atuação da Procuradoria e departamento de Assessoramento Jurídico na nova lei de licitações.

- Áreas de atuação do setor jurídico na nova lei de licitações
- Técnicas elaboração de parecer em contratos de serviços em geral
- Elaboração de parecer em contratos de compras
- Elaboração de parecer em contratações diretas por dispensa ou inexigibilidade
- Técnicas de verificação da legalidade do procedimento na nova lei de licitações
- Verificação de regulamentos, procedimentos e padronizações na elaboração de parecer jurídico.

Informações técnicas sobre o curso:

- Certificado para os participantes
- Material de apoio incluso

Metodologia

Atividade prática com orientação especializada:

Os participantes irão elaborar, em grupo ou individualmente, sob orientação do professor, a elaboração de Parecer Jurídico e modos de atuação da Procuradoria e departamento de Assessoramento Jurídico, executando na prática a construção de documentos oficiais, com feedback especializado e alinhado com a Lei 14.133/21 e jurisprudência dos tribunais de contas.

Público alvo:

Integrantes do departamento jurídico, Procuradores e Assessores Jurídicos.

OFICINA PRÁTICA DE PLANEJAMENTO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Treinamento prático de elaboração dos documentos da fase de planejamento, execução, fiscalização e gestão de contratos de obras e serviços de engenharia na Lei 14.133/21.

- Documentos da fase de planejamento das contratações
- Técnicas de elaboração do DFD
- Elaboração de estudos técnicos para o ETP
- Elaboração do anteprojeto e projeto básico - PB
- Técnicas de elaboração do projeto executivo
- Desenvolvimento da matriz de riscos
- Documentos que serão produzidos na fase de fiscalização técnicas, fiscalização administrativa e gestão dos contratos de obras e serviços de engenharia.

Informações técnicas sobre o curso:

- Certificado para os participantes
- Material de apoio incluso

Metodologia:

Atividade prática com orientação especializada:

Os participantes irão elaborar, em grupo ou individualmente, sob orientação do professor, os documentos da fase de planejamento, licitação, fiscalização e gestão dos contratos de obras e serviços de engenharia, executando na prática as etapas legais, com feedback especializado e alinhado com a Lei 14.133/21 e jurisprudência dos tribunais de contas.

Público alvo:

Secretários de obras, servidores da secretaria ou departamento de obras, agente de contratação, fiscais técnico e administrativo, gestores dos contratos, agente de contratação e equipe de apoio.

Motivos para contratar as Oficinas da PRIME

No dia 1º de abril de 2021, foi promulgada a Lei 14.133/21, que estabelece à Administração Pública novas regras, procedimentos, institutos no processo de licitação e compras públicas, alterando consideravelmente a forma de se realizar os certames no Brasil.

Para que os novos institutos sejam aplicados de forma eficiente pelo órgão, faz-se necessária a capacitação dos agentes que desenvolvem o planejamento, acompanham a execução, fiscalização e gestão de contratos de obras e serviços de engenharia.

A Lei 14.133/21 inaugurou um novo sistema de compras no Brasil, trazendo consigo modernas ferramentas de gestão, marcadas pela complexidade na execução e exigindo dos gestores investimento na preparação dos servidores envolvidos no processo de contratação pública.

A “mens legis” do novo diploma jurídico é garantir o bom planejamento das contratações públicas e a adaptação da nova lei aos procedimentos locais, evitando o casuísmo, a ineficácia das compras e prejuízo aos cofres públicos.

É dever dos gestores municipais garantir a capacitação e o conhecimento de servidores que desenvolvem áreas técnicas no âmbito da Administração Pública municipal, proporcionando todas as condições possíveis para o bom desempenho das funções estabelecidas na legislação vigente, além das orientações dos órgãos de controle e jurisprudência dos Tribunais Superiores.

De acordo com o princípio da eficiência, previsto no caput do art.37 da Constituição Federal, é dever do agente público realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É uma obrigação que se impõe aos órgãos e entidades da Administração Pública de garantir condições aos servidores de desempenhar, de forma qualitativa, as suas atribuições funcionais, evitando erros grosseiros e dano ao erário.

Em virtude das especificidades das novas ferramentas impostas pela Lei 14.133/21, as oficinas de planejamento e de capacitação dos servidores são fundamentais, posto que todo processo de orientação, treinamento e mentoria ficarão a cargo de profissionais especializados em licitação e contratos administrativos, de forma a garantir qualidade técnica, eficiência e efetividade ao processo de institucionalização e uso da nova legislação no âmbito do órgão municipal.

Todas as atividades são realizadas com a devida técnica jurídica e de gestão, observando a realidade da entidade municipal, a sua estrutura e os processos de planejamento das contratações locais.

A oficina tem como objetivo capacitar, auxiliar e acompanhar via atividades laboratoriais e mentoria os servidores na implantação e uso da Lei 14.133/21, garantindo maior segurança e eficiência à entidade municipal.

Por que a PRIME pode ser contratada por inexigibilidade?

O art. 74, da Lei nº 14.133/21 apresenta as hipóteses em que a licitação é inviável. No presente caso, a contratação direta por inexigibilidade de licitação para o treinamento e acompanhamento das atividades estão previstas no III, do mesmo diploma legal.

Além do enquadramento como serviço técnico profissional especializado, o objeto da pretensa contratação possui a natureza técnica especializada, além de exigir, por sua própria natureza, que seja executado por profissionais ou empresas de notória especialização.

A contratação em tela abrange cursos fechados e inovadores, totalmente adaptados à necessidade da Administração, dado que o treinamento é diferenciado em relação ao convencional ou ao que é rotineiro do mercado.

Além disso, o serviço técnico especializado de acompanhamento das novas e complexas atividades licitatórias é incomum e totalmente ajustado à necessidade local, o que requer, na seleção do executor, o elemento de confiança incapaz de ser medido por critérios objetivos de uma licitação. Logo, é inviável a competição.

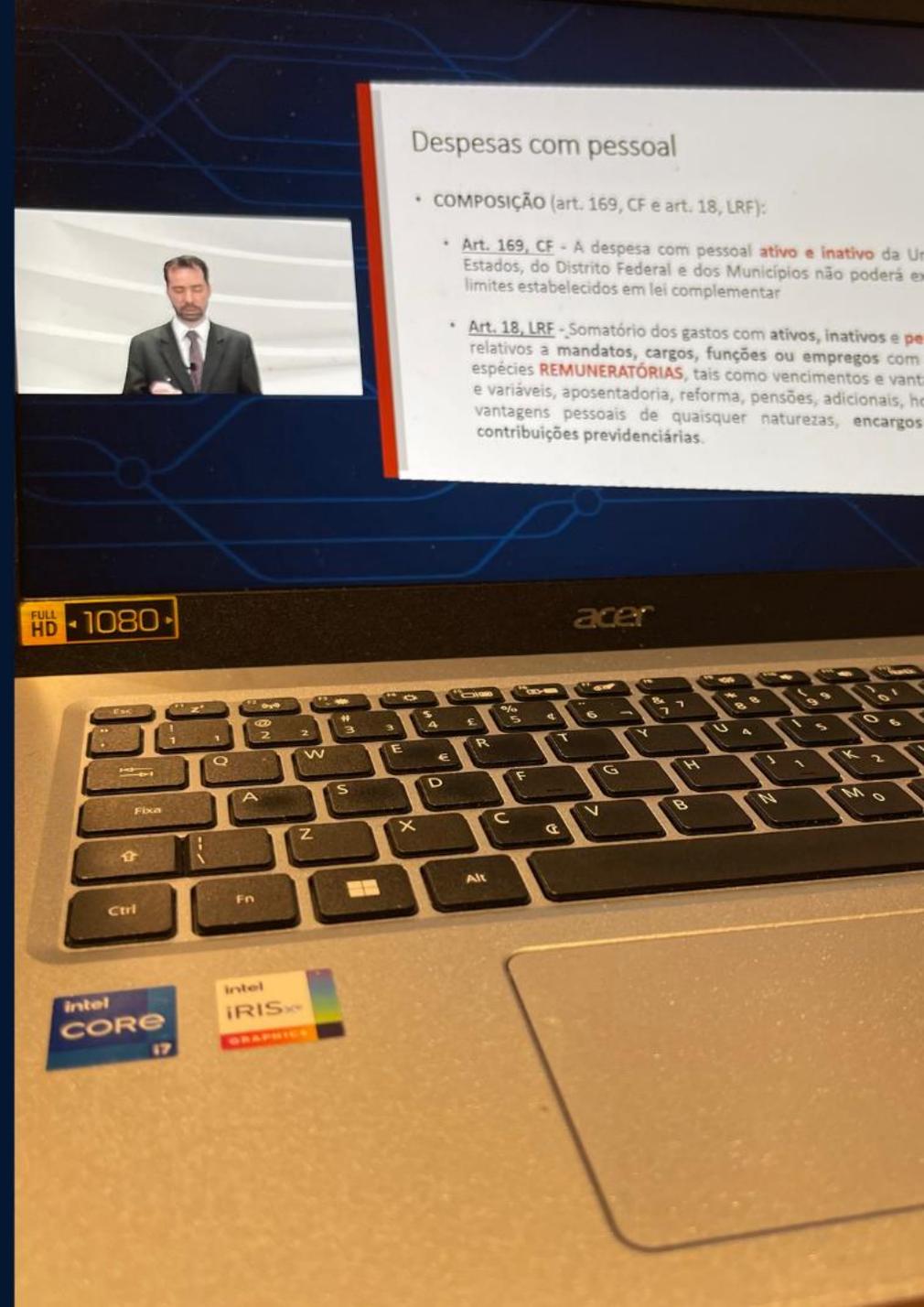
O notório saber do especialista está amplamente demonstrado pela documentação apresentada: *curriculum lattes*, atestados de capacidade técnica, publicações, mestrado, ampla experiência profissional, inclusive com atuação em diversos municípios, além de já ter ministrado inúmeros cursos na área.

Desse modo, estão presentes os dois requisitos legais que autorizam a inexigibilidade: trata-se de um serviço técnico especializado, entre aqueles mencionados no art. 74 da Lei 14.133/21, a ser executado por especialista de notória especialização.

Por fim, os preços praticados demonstram-se adequados e razoáveis, conforme se depreende dos valores praticados em contratos celebrados pela PRIME com outros entes públicos.

Plataforma de Vídeos Online

Os clientes PRIME têm acesso a uma plataforma de vídeos e tutoriais sobre diversos assuntos relacionados à gestão pública municipal.



Despesas com pessoal

• COMPOSIÇÃO (art. 169, CF e art. 18, LRF):

- **Art. 169, CF** - A despesa com pessoal **ativo e inativo** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar
- **Art. 18, LRF** - Somatório dos gastos com ativos, inativos e pensões relativos a mandatos, cargos, funções ou empregos com remuneração fixa, tais como vencimentos e vantagens fixas, aposentadoria, reforma, pensões, adicionais, horas extras e variáveis, vantagens pessoais de quaisquer naturezas, encargos e contribuições previdenciárias.

EQUIPE



Carlos Barbosa

Advogado e Palestrante. Presidente da Comissão de Licitação e Contratos da OAB Minas Gerais. Mestre em Direito Público PUC Minas. Diretor e Consultor PRIME.



Anderson Barros

Engenheiro Civil e Diretor PRIME. Integrante colaborador da Comissão de Licitações e Contratos Administrativos da OAB Minas Gerais.



Pedro Fonseca

Procurador na Câmara Municipal de Belo Horizonte-MG. Ex-Procurador da Câmara de Osasco-SP. Mestre em Direito pela UFMG. Pregoeiro na CMBH. Advogado, Diretor e Consultor PRIME.



Maria Luiza Gonçalves

Procuradora Legislativa na Câmara Municipal de Belo Horizonte-MG. Especialista em Direito Administrativo pela UFMG. Advogada e Consultora PRIME.



Paulo Da Rocha

Advogado especializado em licitações. Pós-doutorando em Direito Público pela UFOP. Doutor em Direito Público pela PUC Minas. Mestre em Direito Constitucional. Professor e palestrante. Advogado e Consultor PRIME.



Douglas Oliveira

Analista de Controle Externo do TCE-MG. Engenheiro Civil, pós-graduado em estruturas e em patologia das obras. Mestre em engenharia pela UFRJ. Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras. Professor PRIME.



Prefeitura de Poços de Caldas - MG



Prefeitura de Varginha - MG



Prefeitura de Passos - MG



Prefeitura de Juruaia - MG



Prefeitura de Bom Jesus da Penha - MG



Prefeitura de Eloi Mendes - MG



Prefeitura de Lajinha - MG



Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mariana - MG



Câmara Municipal de Nova Lima - MG



Câmara Municipal de Itabira - MG



Prefeitura de Caratinga - MG



Prefeitura de Manhuaçu - MG



Prefeitura de Maravilhas - MG



Prefeitura de São Domingo das Dores - MG



Câmara Municipal de Uberaba - MG



Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços do Alto do Rio Pará



Prefeitura de Coromandel - MG



Câmara Municipal de Planura - MG



Prefeitura de Carmo do Paranaíba - MG



Prefeitura de Lagoa Formosa - MG



Prefeitura de Piedade do Caratinga - MG



Câmara Municipal de Osasco - SP



Câmara Municipal de Betim - MG



Prefeitura de São Sebastião do Paraíso - MG



Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas



Prefeitura de São João Evangelista - MG



Prefeitura de Buritis - MG



Prefeitura de Lassance - MG

Clientes PRIME

NA IMPRENSA



As principais matérias jornalísticas relacionadas à gestão pública passam pela análise do Dr. Carlos Barbosa, diretor PRIME.

+ de 500 entrevistas em telejornais

+ de 50 participações ao vivo

+ de 15 programas de entrevistas



Parcerias e Convênios

Somente quem tem credibilidade e competência possui parcerias com instituições fortes.





Razão Social: PRIME CONSULTORIA E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA LTDA

Endereço: Rua Arrudas, 521, Santa Lúcia, Belo Horizonte-MG. CEP 30.360-400

CNPJ: 28.826.530/0001-02

Tel: (31) 99737-7491

(31) 99967-0102

Solicite os documentos e demais informações para contratação.

E-mails:

anderson@primevirtual.com.br

carlosbarbosa.adv.br@gmail.com



www.primevirtual.com.br